

Operação Áugias – Fase Argos – Etapa IV

Resumo

A Operação Áugias é o monitoramento concebido pelo Ibama, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, e que afetou todo o rio Doce e diversos de seus afluentes. Essa operação de campo abrange a assim chamada Área Ambiental 1 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado entre a Samarco e o Poder Público, e se estende desde a Barragem de Fundão até a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Foi o trecho mais afetado pelo desastre, com grande quantidade de matas ciliares destruídas e elevado volume de rejeito depositado à margem e no leito dos rios. A Operação Áugias monitora o cumprimento das cláusulas 158 a 160 do TTAC, em atendimento à Deliberação CIF 11/2016, que são acompanhadas pela Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água - CTFLOOR. Seus objetivos principais são: i) realizar um diagnóstico completo do estado de degradação das áreas atingidas; ii) avaliar as intervenções que estão sendo realizadas pela Fundação Renova, e iii) monitorar as ações de recuperação durante doo o processo de restauração ambiental.

As vistorias em campo da Operação Áugias – Fase Argos IV, foram realizadas entre 21 e 30 de agosto de 2017, com participação conjunta de servidores do Ibama e dos órgãos ambientais estaduais – Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG) e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES). Ao longo dos 102 quilômetros entre o complexo de mineração e a UHE Risoleta Neves, buscaram-se os pontos previamente amostrados em 113 tributários (4 dos quais se mostraram inacessíveis). Os protocolos de campo avaliam em cada ponto amostral, com igual metodologia a cada visita, 26 quesitos em três eixos de descritores qualitativos: i) avaliação das intervenções realizadas pela Renova; ii) diagnóstico ambiental da área; iii) atividades de recuperação ambiental. Os principais quesitos constantes no relatório encontram-se na Tabela 1:

Tabela 1: Principais quesitos da avaliação em campo realizada na Operação Águias – Fase Argos IV.

Relatório de vistoria Fase Argos IV – Parte I	Condições observadas
Cercamento	40% íntegra, 40% com interrupções, 20% inexistente
Movimentação em taludes	14% constatada, 86% não constatada
Formas de erosão	48% não constatada, 17% laminar, 35% linear e/ou laminar
Reafeiçoamento do terreno	13% não necessário, 72% constatado, 15% não constatado
Técnicas de conservação do solo	36% não necessário, 52% constatado, 12% não constatado
Reconformação da linha de drenagem do terreno	11% não necessário, 69% constatado, 19% constatado
Retaludamento das margens do curso d'água	13% não necessário, 74% constatado, 13% não constatado
Obras de contenção	18% não necessário, 66% constatado, 16% não constatado
Obras de drenagem	11% não necessário, 72% constatado, 17% não constatado
Técnicas de bioengenharia	15% não necessário, 70% constatado, 15% não constatado
Semeadura do mix de sementes	5% não necessário, 84% constatado, 11% não constatado
Recolonização por fungos e espécies vegetais nativas	86% presente, 14% ausente
Presença de espécies vegetais oportunistas ou de invasoras	15% ausente, 85% presente
Presença e/ou indícios de animais silvestres	86% presente, 14% ausente
Presença e/ou indícios de animais de criação	33% ausente, 67% presente
Presença de organismos aquáticos macroscópicos no corpo de água	76% presente, 24% ausente

A finalidade dessas avaliações é fiscalizar/monitorar as ações reparatórias da Renova e orientar as próximas etapas de trabalho, classificando cada tributário em relação à sua aptidão à recuperação da vegetação nas áreas de preservação permanente. Esses foram classificados em quatro grupos ou níveis de aptidão:

- G1 (17 tributários) – apto a avançar para a fase de plantio de mudas vegetais nativas;
- G2 (34 tributários) – apto a avançar para a fase de plantio de mudas vegetais nativas, concomitantemente com ações corretivas de baixa complexidade;
- G3 (38 tributários) – apto a avançar para a fase de plantio de mudas vegetais nativas, concomitantemente com ações corretivas de média e alta complexidades;
- G4 (20 tributários) – inapto a avançar para a fase de plantio de mudas vegetais nativas, necessitando da implementação de ações corretivas e preparatórias com o devido monitoramento.

Considerando-se os grupos G1 e G2, 51 tributários estão aptos a avançar para a fase de plantio de nativas com pouca ou nenhuma ação corretiva. Tributários no grupo G3 são 38, que necessitam de ações corretivas mais complexas, que podem ser realizadas concomitantemente aos plantios. Dessa forma, 82% dos 109 tributários vistoriados podem receber ações de plantio de mudas nativas, restando 20 no grupo G4, que ainda estão inaptos para essa fase de restauração florestal.

Dessa forma o Comitê Interfederativo, por orientação da CTFLOR, determinará à Renova que:

- Adote as intervenções bem sucedidas (G1) como modelo para as intervenções nos demais tributários;
- Conclua e realize manutenção do cercamento para o efetivo isolamento das áreas que sofreram intervenções, de modo a impedir o acesso de animais de criação que comprometem, pelo pisoteio e pastejo, a revegetação;
- Controle as espécies vegetais invasoras constatadas nas áreas com revegetação;
- Atente para as recomendações das equipes de campo, nos respectivos relatórios, de forma a tornar os tributários do grupo G4 aptos, no futuro, às ações de plantio;
- Corrija as intervenções realizadas nos tributários dos grupos G2 e G3, atendendo às recomendações das equipes de campo, porém inicie o quanto antes as fases de plantio nessas áreas;
- Monitore constantemente os tributários do grupo G1, promovendo as correções necessárias ao sucesso da fase de plantio de mudas nativas.